



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

ATA Nº. 20/2016

-----ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DESTA CÂMARA MUNICIPAL REALIZADA EM TRÊS DE AGOSTO DO ANO DE DOIS MIL E DEZASSEIS:-----

-----Aos três dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezasseis, pelas quinze horas, nesta Vila de Mortágua e no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, reuniu o Executivo deste Órgão, conforme o disposto no artigo 40º. da Lei número 75/2013, de doze de setembro, em reunião ordinária sob a presidência do Senhor Eng.º José Júlio Henriques Norte, Presidente da Câmara Municipal de Mortágua, eleito pelo PPD/PSD e com a presença dos Senhores Vereadores:-----

-----Eleitos pelo PPD/PSD: Dr. Paulo Alexandre de Oliveira, Dr.ª Emília Maria Almeida Santos Neves de Matos e Eng.º. Serafim Paulo Melo de Oliveira.-----

-----Eleitos pelo PS: Dr.ª Márcia Maria dos Santos Lopes.-----

-----Os Senhores Vereadores Dr. João Pedro de Almeida e Sousa Rodrigues da Fonseca, Dr. Acácio Fonseca Fernandes eleitos pelo PS, não estiveram presentes na reunião devido ao facto de se encontrarem em período de gozo de férias. A Câmara considerou justificadas as faltas.---

-----A presente reunião foi, conforme despacho nº. 3/2013, de 25 outubro, secretariada pelo Chefe de Divisão de Administração Geral e Finanças, Dr. Ricardo Sérgio Pardal Marques.-----

-----Depois de declarada pelo Senhor Presidente aberta a reunião, foram tomadas as seguintes deliberações:-----

1.-APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 20/07/2016:-

-----Tendo sido previamente distribuído por todos os membros de executivo o texto da ata da reunião ordinária realizada a 20 de julho de 2016, aprovada por unanimidade em minuta e dispensada a sua leitura, a Câmara deliberou por unanimidade aprová-la.-----

-----Conforme dispõe o nº. 3 do artigo 34º. do Código do Procedimento Administrativo não participou na votação o Senhor Presidente da Câmara Eng.º. José Júlio Henriques Norte, eleito



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

pelo PPD/PSD, uma vez que não esteve presente na Reunião.-----

2.-INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE:-----

-----O Senhor Presidente, nos termos do artigo 34.º da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, deu conhecimento das decisões tomadas no uso das competências que lhe foram delegadas e das subdelegadas nos Vereadores.-----

-----Informou ainda que:-----

-----1.- Foi efetuada a avaliação dos lotes do Parque Industrial estando para adquirir a área correspondente à parcela número 44 do Plano de Pormenor, o Senhor Presidente encetou negociação com o Agente de Execução tendo em vista a aquisição daquela parcela a integrar no futuro loteamento industrial. Sendo a respetiva proposta a apreciar presente em próxima Reunião de Câmara para deliberação.-----

-----2.- No dia 2 do corrente mês uma delegação da AMA (Agência para a Modernização Administrativa) visitou as instalações do Ninho de Empresas tendo em vista a avaliação do espaço para instalação de uma loja do cidadão.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

3.-RESUMO DIÁRIO DA TESOUREARIA:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente para conhecimento o Resumo Diário da Tesouraria número 145, referente ao dia 2 do corrente mês, que depois de rubricado se dá aqui por integralmente reproduzido, ficando arquivado na tesouraria em pasta própria. -----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

4.-EXPEDIENTE:-----

4.1.-INFRAESTRUTURAS DE PORTUGAL:-----

-----Foi presente o ofício referência DCS/2016/779, de 2016-07-15, da Infraestruturas de Portugal informando que na sequência das deteriorações provocadas nos caminhos paralelos pela passagem de veículos pesados afetos à obra da Ponte da Foz do Dão, os trabalhos de



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

fresagem e reposição de camada de desgaste nas zonas onde o pavimento se encontrava mais debilitado, iniciados no passado mês de junho, foram concluídos.-----

-----Agradecendo também a colaboração prestada em todo aquele processo.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

4.2.-ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES:-----

4.2.1.-Pagamento de suplementos salariais a funcionários camarários que desempenhem funções como notários privativos dos municípios e intervenham em processos de execução de tributos locais/parecer :-----

-----Foi presente a circular referência 60/2016, de 15/07/2016, da Associação Nacional de Municípios através da qual dá conhecimento de um conjunto de documentação remetida pelo Gabinete do Senhor Secretário de Estado das Autarquias Locais, sobre o assunto em epígrafe com especial destaque para o parecer número 110/CEJUR/2016 e Informação número 115/CEJUR/2016, da autoria do Centro Jurídico da Presidência do Conselho de Ministros.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

4.2.2.-Protocolo de Colaboração entre a Associação Nacional de Municípios Portugueses e a Estrutura de Gestão de Instrumento Financeiro para a Reabilitação e Revitalização Urbanas (IFRRU):-----

-----Foi presente a circular referência 61/2016, datada de 19/07/2016, da Associação Nacional de Municípios, através do qual informa que no passado dia 15 de julho, a ANMP e a Estrutura de Gestão do Instrumento Financeiro para a Reabilitação e Revitalização Urbanas (IFRRU) assinaram um Protocolo de Colaboração, cujo principal objetivo é promover uma maior articulação entre as autarquias e o IFRRU, no que se refere à implementação prática deste instrumento financeiro.-----

-----Os municípios assumem um papel preponderante e decisivo nas políticas de regeneração urbana, independentemente da sua dimensão e do tipo de territórios que abrangem. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----Estas políticas assumem um peso significativo na estratégia comunitária inerente ao Ciclo de Programação 2014-2020, tendo sido solicitado aos municípios um esforço importante de estratégia e planeamento, que veio a traduzir-se nos Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano (PEDU), para os centros urbanos de nível superior, e nos Planos de Ação para a Regeneração Urbana (PARU) e Planos de Ação Integrados para as Comunidades Desfavorecidas (PAICD), para os centros urbanos complementares. -----

-----As políticas de regeneração urbana, materializadas nos PEDU/ PARU/ PAICD, concretizam-se através de investimentos públicos (maioritariamente dinamizados pelos municípios) e privados, cuja implementação deve ser complementar. Sendo certo que a grande maioria dos investimentos públicos previstos nos PEDU/ PARU/ PAICD será financiada a fundo perdido, pelos Programas Operacionais Regionais do Portugal 2020, os investimentos efetuados por agentes particulares poderão ser financiados pelo IFRRU, desde que o município ateste o seu enquadramento nos respetivos PEDU/ PARU/ PAICD. -----

-----O Protocolo de Colaboração agora assinado tem como objeto a criação de mecanismos de colaboração entre a ANMP e a Estrutura de Gestão do IFRRU, visando a dinamização dos municípios para mobilização dos investimentos privados previstos nos seus PEDU/ PARU/ PAICD e para a emissão dos respetivos pareceres de enquadramento. Apesar de o IFRRU estar ainda em fase de operacionalização.-----

-----Apesar de o IFRRU estar ainda em fase de operacionalização, prevê-se que o Concurso Público Internacional para seleção das instituições de crédito seja aberto em breve. -----

-----Assim, remete em anexo, o Protocolo assinado – também disponível no sítio da ANMP na internet (www.anmp.pt) -, para que os municípios possam entretanto preparar e organizar o processo com eventuais investidores, de forma a que o mesmo possa estar em condições de avançar logo que o IFRRU esteja operacionalizado e os fundos estejam disponíveis. -----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

4.2.3.-Regime Extraordinário de Regularização de Atividades Económicas. Alargamento de prazo até 2 de janeiro de 2017:-----

-----Foi presente a circular referência 62/201, datada de 19/07/2017, da Associação Nacional de Municípios Portugueses através da qual chama a atenção para a publicação em I Série do Diário da República, da Lei nº. 21/2016, de 19 de julho corrente – “ Salvaguarda da regularização das explorações pecuárias e outras, alterando o prazo estabelecido no decreto-lei nº. 165/2014, de 5 de novembro.-----

-----Esta Lei, para além de introduzir alguns ajustes ao nível do âmbito da aplicação e ao regime contido no Decreto - Lei nº. 165/2014, de 5 de novembro . que aprovou o Regime Extraordinário de Regularização de Atividades Económicas, vulgo RERAE, vem prorrogar, expressamente, o prazo contido no nº1 do artigo 3º. Do RERAE, passando a permitir que os pedido de regularização previstos neste regime possam ser instruídos até 2 de janeiro.-----

-----Informa ainda que este alargamento de prazo foi objeto de solicitação da ANMP aos membros do Governo.-----

-----A Câmara tomou c conhecimento.-----

4.2.4.-Artigo 35º. Da Lei do orçamento do Estado para 2016. Contratos de Prestação de Serviços:-----

-----Foi presente a circular referência 64/2016, de 21/07/2016, da Associação Nacional de Municípios (ANMP), através da qual informa que Através da Circular n.º 45/2016-PB, de 23/05/2016, remeteu uma informação provinda da Secretaria de Estado das Autarquias Locais, relativa ao assunto referido em epígrafe. -----

-----Mantendo-se, no entanto, dúvidas interpretativas relativas ao artigo 35.º da Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, a ANMP reafirmou ao Governo a necessidade das mesmas serem clarificadas. -----

-----Enviando, assim, agora quer os esclarecimentos suplementares que sobre esta matéria



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

informação da Técnica de Ação Social, manter a deliberação tomada na Reunião de Câmara de 01/06/2016 de não atribuição da Bolsa a Diana Vanessa Macedo Matos, uma vez que continua a não reunir os critérios para a sua atribuição, considerando que a reclamação apresentada não acrescentou qualquer dado novo ao processo que determine uma reanálise ao mesmo com a consequente alteração da decisão tomada na Reunião de Câmara de 01/06/2016.-----

6.-CULTURA DESPORTO E TEMPOS LIVRES:-----

6.1.-ASSOCIATIVISMO – Associações Culturais Desportivas e Recreativas:-----

6.1.1- Apoio a Atividades:-----

6.1.1.-Centro Cultural e Recreativo da Marmeleira:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a carta referência 11/2016, datada de 13/07/2016, do Centro Cultural e Recreativo da Marmeleira dando conhecimento que no dia 7 de agosto corrente vai realizar a sua “Feira do Pão”, prevendo a presença de 50 expositores/feirantes.-----

-----Esta Feira à semelhança das anteriores tem como objetivo dar a conhecer a nossa terra, proporcionar o convívio das pessoas e de uma forma geral dar a oportunidade aos diversos participantes (instituições, agricultores, artesãos, etc...) para exporem e comercializar os seus produtos.-----

-----Assim, solicitam o apoio financeiro do Município para ajudar a custear as despesas inerentes àquele evento.-----

-----Por informação da contabilidade existem fundos disponíveis para assunção da despesa, que se encontra inscrita na Opções do Plano do corrente ano o apoio a atividades das Associações no objetivo 02 CULTURA, DESPORTO E TEMPOS LIVRES, Programa 003, Projeto 2016/5031 com um saldo de quinze mil cento e setenta e sete euros e cinquenta e um euros (15.177,51 €) e no orçamento na rubrica 040701 com um saldo de cento e dezassete mil duzentos e sessenta e nove euros e trinta e nove centimos (117.269,39€).-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade atribuir o subsídio



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

foram prestados pela Secretaria de Estado das Autarquias Locais, quer as questões colocadas por esta Associação.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

4.3.-CIM Viseu Dão Lafões – Rede Nacional de Especialidade Hospitalar e de referênciação Materna, da Criança e do Adolescente:-----

-----Foi presente o correio eletrónico datado de 29/06/2016 da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões através do qual remete a tomada de posição do Conselho daquela CIM no âmbito da consulta pública ao documento “Rede Nacional de Especialidade Hospitalar e de Referênciação Materna, da Criança e do Adolescente.-----

----- Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade subscrever a posição da CIM Viseu Dão Lafões.-----

4.4.-CASA DAS BEIRAS:-----

-----Foi presente o correio eletrónico, datado de 12/07/2016, da Casa das Beiras em Lisboa através do qual apresenta a nova Direção daquela Instituição de Utilidade Pública, com cento e um (101) anos de existência, aglutinadora de todos os Beirões a residirem e a trabalharem em Lisboa, e convida esta Câmara Municipal para sócia extraordinária remetendo para o efeito proposta de adesão.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

5.-EDUCACÃO E JUVENTUDE:-----

5.1.-JUVENTUDE:-----

5.1.1. Bolsas de Estudo 2015/2016 – Apreciação de reclamações:-----

5.1.1.1 Adriana Montalverne Almeida Mendes:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o reclamação, datada de 4/07/2016, apresentada por Adriana Montalverne Almeida Mendes, candidata à atribuição de Bolsa de Estudo no presente ano letivo, a solicitar a reapreciação do respetivo processo uma vez que não foi contemplada



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

com qualquer Bolsa.-----

-----Assim, e depois de analisada a reclamação a Técnica de Ação Social do Município propõe na informação exarada no processo, e que para todos os efeitos legais se dá aqui por integralmente reproduzida, que se mantenha a deliberação tomada na reunião 01/06/2016 de não atribuição da Bolsa de Estudo porque a reclamante fundamentou a reclamação num conjunto de considerações que objetivamente não determinam uma reanálise processual com a consequente alteração daquela decisão.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade, com base na informação da Técnica de Ação Social, manter a deliberação tomada na Reunião de Câmara de 01/06/2016 de não atribuição da Bolsa a Adriana Montalverne Almeida Mendes, uma vez que continua a não reunir os critérios para a sua atribuição, atendendo que fundamentou a reclamação num conjunto de considerações que objetivamente não acrescentam qualquer dado novo ao processo que determine uma reanálise ao mesmo com a consequente alteração da decisão tomada na Reunião de Câmara de 01/06/2016.-----

5.1.2.-Diana Vanessa Macedo Matos :-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o reclamação, datada de 11/07/2014, apresentada por Diana Vanessa Macedo Matos candidata à atribuição de Bolsa de Estudo no presente ano letivo, a solicitar a reapreciação do respetivo processo uma vez que não foi contemplada com qualquer Bolsa.-----

-----Assim, e depois de analisada a reclamação a Técnica de Ação Social do Município propõe na informação exarada no processo, e que para todos os efeitos legais se dá aqui por integralmente reproduzida, que se mantenha a deliberação tomada na reunião 01/06/2016 de não atribuição da Bolsa de Estudo uma vez que a reclamante continua a não reunir os critérios para a sua atribuição por parte desta Câmara Municipal.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade, com base na



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

no montante quatrocentos euros (400,00).-----

6.1.2.- Apoio a Investimentos:-----

-----Este ponto foi retirado da apreciação da Ordem de Trabalhos.-----

7. -SAÚDE:-----

7.1.- PRESTAÇÃO DE CUIDADOS DE SAÚDE:-----

7.1.1.- Protocolo de Cooperação a celebrar com a ARS – Obras de Remodelação do Centro de Saúde de Mortágua:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o ofício da Administração Regional de Saúde do Centro I.P, referência 016552, de 13/07/2016, através do qual remete dois exemplares do Protocolo de Colaboração a celebrar com a Administração Regional de Saúde do Centro I.P. (ARSC), que se dá aqui por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, e que tem objeto a regulação da cooperação técnica e financeira entre as partes para a realização de obras de remodelação do Centro de Saúde de Mortágua.-----

-----A minuta do Protocolo foi aprovada na Reunião de Câmara de 20/04/2016.-----

-----Nos termos da cláusula 6ª. “Responsabilidade Financeira da Obra”:-----

-----O Município compromete-se a aprovar, em orçamento municipal, a dotação financeira correspondente ao montante total do investimento a realizar, no valor estimado de cento e vinte mil euros (120.000,00) e, bem como os respetivos fundos disponíveis, sem prejuízo do posterior benefício de comparticipação financeira, em oitenta e cinco por cento (85%) pelo POR Centro 2020.-----

-----Incumbe à ARSC assegurar a despesa correspondente à comparticipação nacional do projeto, na percentagem de quinze por cento (15%) da despesa elegível, até ao limite máximo de dezoito mil euros (18.000,00 €).-----

-----Por informação da contabilidade existem fundos disponíveis para assunção da despesa, que se encontra inscrita na Opções do Plano do corrente ano no objetivo 04 Saúde, Programa 001,-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Projeto 2016/10, Ação 1 com um saldo de cento e vinte mil euros (120.000,00 €) e no orçamento na rubrica 07010307 com um saldo de cento e trinta e quatro mil seiscientos e vinte e sete euros e oitenta e um cêntimos (134.627,81 €).-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar o Protocolo com as alterações introduzidas e mandar o Senhor Presidente para o outorgar.-----

8.-HABITAÇÃO E URBANIZAÇÃO:-----

8.1.-PLANEAMENTO URBANÍSTICO - Área de Reabilitação Urbana de Vale de Acores e Mortágua - ARU:-----

8.1.1.-PARU – Plano de Ação de Regeneração Urbana:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o Plano de Ação de Regeneração Urbana de Vale de Acores e Mortágua, elaborado no âmbito da ARU que se encontra associada uma Operação de Reabilitação Urbana (ORU) sistemática,, a qual assenta no contributo que a reabilitação Urbana pode potenciar o desenvolvimento dos núcleos de Vale de Acores e Mortágua, fomentar a sua atratividade e aumentar a qualidade urbana e paisagística, seja opor via da requalificação direta do espaço público, seja através da criação de incentivos à reabilitação urbana por parte dos agentes privados.-----

-----A elaboração do presente Plano de Ação de Regeneração Urbana (PARU) de Mortágua tem enquadramento no Aviso N.º. CENTRO -16-2016-01. Este Plano encontra-se previsto para “centros urbanos de nível inferior”, conforme definidos no Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT) e no Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro (PROT-C).-----

-----O CENTRO2020 – Programa Operacional Regional Centro 2020, constitui um dos principais instrumentos financeiros para o apoio ao investimento dos Municípios na área da regeneração urbana. A este nível, importa referir que o presente PARU tem enquadramento no Eixo Prioritário (EP) 7, “Afirmar a sustentabilidade dos territórios (CONSERVAR)”,



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

prioridade de investimento (PI) 6 e, “Adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades, recuperar e descontaminar zonas industriais abandonadas, incluindo zonas de reconversão, a reduzir a poluição do ar e a promover medidas de redução de ruído”, do referido programa operacional.-----

-----Tendo em consideração que a *“Região dispõe de um sistema urbano policêntrico composto por uma rede de pequenos centros urbanos que evidenciam ainda alguns problemas, resultantes, por exemplo, de deslocalizações de atividades, com edifícios devolutos, que urge requalificar e refuncionalizar”* e que são *“necessárias intervenções ao nível da integração do centro urbano no território envolvente e ao nível da inovação nas soluções de qualificação urbana”*, tal como se estabelece no Aviso N° CENTRO-16-2016-01, o Município de Mortágua propõe-se a resolver alguns destes constrangimentos através da elaboração e implementação do PARU de Mortágua. -----

-----Sobre o PARU foi exarada a informação do Chefe de Divisão DCTSU, que a seguir se transcreve: “Informo que o PARU Vale de Açores e Mortágua, elaborado pela empresa Strategy XXI se encontra em condições de ser aprovado, dado conter todas as premissas apontadas no caderno de encargos e em reuniões havidas com a equipa técnica, tendo sido submetida a sua candidatura ao programa Portugal 2020”.-----

-----Assim o Senhor Presidente a propôs ao Executivo Municipal:-----

-----a) A aprovação do Plano de Ação de Regeneração Urbana de Mortágua e Vale de Açores, que se dá por integralmente reproduzido para todos e devidos efeitos legais; -----

-----b) Que, em harmonia ao preceituado na alínea a), do n.º 1, do art.º 33.º e da alínea h), do n.º 1, do art.º 25.º, ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pelo Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, seja deliberado submeter à aprovação da Assembleia Municipal Plano de Ação de Regeneração Urbana de Mortágua e Vale de Açores.-----

-----Apreciado e discutido o assunto, a Câmara deliberou por maioria com quatro votos a favor



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores eleitos pelo PPD/PSD e uma abstenção da Senhora Vereadora Dr. Márcia Maria dos Santos Lopes, eleita pelo PS:-----

-----a) Aprovar o Plano de Ação de Regeneração Urbana de Vale de Acores e Mortágua, nos exatos termos consignados;-----

-----b) Determinar submeter à aprovação da Assembleia Municipal o presente Plano de Ação de Regeneração Urbana de Mortágua e Vale de Acores, em ordem ao preceituado na alínea a), do n.º 1, do artigo 33.º e da alínea h), do n.º 1, do artigo 25.º, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

8.1.2. PERU (Programa Estratégico de Reabilitação Urbana) – Execução da Operação de Reabilitação Urbana – Versão Prévia:-----

-----No âmbito da elaboração do PERU (Programa Estratégico de Reabilitação Urbana) para execução da Operação de Reabilitação Urbana de Vale de Acores e Mortágua, adjudicado à empresa Aresta – Projetos, Consultadoria e Formação, Lda., pelo Senhor Presidente foi presente a 2ª. fase de Enquadramento e Caracterização da Área de Intervenção, acompanhada da informação do Chefe de Divisão DCTSU, que a seguir se transcreve:-----

-----“Informe V. Exª. que a 2ª. fase do PERU de Vale de Acores e Mortágua, elaborado pela empresa Aresta se encontra em condições de ser aprovado, dado conter todas as premissas apontadas no caderno de encargos e em reuniões havidas com a equipe técnica”.-----

-----Apreciado e discutido o assunto, a Câmara deliberou por maioria com quatro votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores eleitos pelo PPD/PSD e uma abstenção da Senhora Vereadora Dr. Márcia Maria dos Santos Lopes, eleita pelo PS, aprovar a 2ª. Fase do PERU.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

9.-DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO:

9.1.-DESENVOLVIMENTO DO TURISMO – Turismo, Desporto e Natureza:

9.1.1. -Festa da Juventude/Feira das Associações – Jantar a Oferecer a Entidades Oficiais

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a proposta do Senhor Vereador Dr. Paulo Alexandre de Oliveira e que se transcreve na íntegra:-----

-----“Conforme programa da Festa da Juventude/Feira das Associações, decorrerá entre os dias 10 e 14 de agosto, com a abertura oficial marcada para o dia 10, pelas 19 horas.-----

-----Assim, considerando a importância regional da Festa da Juventude /Feira das Associações, pretende o Município convidar o executivo municipal, os Presidentes de Câmara da CIM Região de Coimbra, Presidentes de Câmara vizinhas e outras entidades oficiais para partilharem com a população de Mortágua o ambiente de festa vivido durante as tasquinhas.-----

-----Assim, considerando o espírito que preside esta festa, será servido um jantar, composto por iguarias e pratos tradicionais, servidos pelas nossas associações.-----

-----Neste sentido, propõe-se um apoio às associações que assegurarão o serviço de jantar aos convidados, em montante correspondente às despesas efetuadas, que não deverão exceder os seguintes valores.-----

Associação	Montante em €
Associação Beira Agueira de Apoio ao Deficiente Visual	70,00 €
Associação Cultural e Desportiva de Vale de Paredes	100,00 €
Rancho Folclórico Etnográfico de Vale de Ações	300,00 €
Rancho Folclórico os Camponeses do Freixo	350,00 €
Coral Juvenil Sílvia Marques	100,00 €
Centro Social Cultural e Recreativo do Chão Miúdo	60,00 €
Orfeão Polifónico de Mortágua	60,00 €



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----Por informação da contabilidade existem fundo disponíveis para a assunção da despesa que tem cabimento no orçamento municipal na rubrica 06020305 – Outras despesas, com um saldo de duzentos e sessenta e quatro mil e duzentos euros e vinte centimos (264.200,20 €) e está inscrito nas Opções do Plano do corrente ano no objetivo 08 Desenvolvimento Económico, no projeto 2016/5056 – TURISMO DESPORTO E NATUREZA Ação 2 - Festa da Juventude/Associações com um saldo de dezassete mil e setecentos euros e quarenta e um centimos (17.700,41 €).-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar a proposta.--

9.2.-COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA REGIÃO DE COIMBRA:-----

9.2.1.-Projeto de Modernização Administrativa:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a proposta final de “Protocolo de Colaboração no Âmbito da Implementação da Modernização Administrativa da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, e elaborado considerando: -----

-----Que na sequência do Aviso N.º CENTRO-50-2016-02 para a apresentação de candidaturas no âmbito das operações de modernização da administração pública, enquadradas nas tipologias definidas no n.º 1 do artigo 83.º do RECI, em que são beneficiárias as Comunidades Intermunicipais (CIM) e outras entidades da Administração Local, enquanto copromotores, a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra irá apresentar candidatura ao referido Aviso no âmbito da modernização administrativa;-----

-----Que os Municípios Outorgantes reconhecem a importância de uma participação conjunta e partilhada enquanto estratégia integrada com potencial para o desenvolvimento e consolidação de valores.-----

-----O protocolo visa assegurar a boa execução e a operacionalização da candidatura apresentada ao concurso sob o Aviso n.º Centro-50-2016-02, no âmbito do Sistema de Apoio à Modernização e Capacitação da Administração Pública, destinada à disponibilização de



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

serviços aos munícipes de uma forma desmaterializada e integrada. -----

-----De acordo com a cláusula 7ª. a contrapartida nacional e as despesas consideradas não elegíveis serão asseguradas pela CIM e pelos Municípios.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto deliberou por unanimidade aprovar a proposta do Protocolo.-----

10.-DEFESA DO MEIO AMBIENTE:-----

10.1.-CONCURSO PÚBLICO PARA A ADJUDICAÇÃO DA EMPREITADA DE REQUALIFICAÇÃO E VALORIZAÇÃO DAS MARGENS DA RIBEIRA DA FRAGA – CRIAÇÃO DE PERCURSO PEDESTRE EM MORTÁGUA ENTRE A PONTE DO BARRIL E O PARQUE VERDE:-----

-----Considerando que se encontram reunidas as condições para o lançamento do procedimento para adjudicação da empreitada execução da “Requalificação e Valorização da Ribeira da Fraga – Criação de Percurso Pedestre entre o Barril e Parque Verde”, uma vez que em reunião de Câmara de 16/03/2016 foi aprovado o respetivo projeto, e que foram promovidos os respetivos contatos com os proprietários dos terrenos confinantes com a área a intervencionar tendo em vista o seu acordo à cedência da integração na obra das áreas necessárias previstas no projeto, o Senhor Presidente de acordo com a informação do Chefe de Divisão de Conservação do Território e Serviços Urbanos, datada de 8/07/2016, propôs:-----

-----A execução de uma empreitada “Requalificação e Valorização da Ribeira da Fraga – Criação de Percurso Pedestre entre o Barril e Parque Verde” nos termos definidos no Processo de Concurso composto pelo Programa de Procedimento e pelo Caderno de Encargos.-----

-----A abertura do respetivo procedimento através, de um Concurso Público, efetuado de acordo com a alínea b), do artigo 19.º, cujo trâmite seguirá nos termos do artigo 130.º e seguintes, do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação dada pelo Decreto-Lei n.º 278/2009, de 02 de outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 149/2012,



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

de 12 de julho, vulgo Código dos Contratos Públicos, como abaixo se designa, para o procedimento supra mencionado, com a publicação do respetivo anúncio no Diário da República.-----

-----CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO: A adjudicação será efetuada à proposta financeiramente mais vantajosa, atendendo ao disposto no Programa de Procedimento, do presente Processo de Concurso.-----

-----APROVAÇÃO DO PROCESSO DE CONCURSO: Junto anexa o respetivo Processo de Concurso (Programa de Procedimento e Caderno de Encargos) nos termos da alínea b), do número 1, do artigo 40.º, do Código dos Contratos Públicos, para aprovação.-----

-----JÚRI: De acordo com o número 1, do artigo 67.º, do Código dos Contratos Públicos, "...os procedimentos para formação de Contrato são conduzidos por um Júri, designado pelo órgão competente para a decisão de contratar, composto, em número ímpar, por um mínimo de três membros efetivos, um dos quais presidirá, e dois suplentes", cujo funcionamento e competências se encontram regulamentadas nos artigos 68.º e 69.º do mesmo Diploma Legal. Para efeitos do Concurso Público mencionado em epígrafe, propõe-se para Júri, os seguintes elementos: -----

-----Presidente: Dr. Paulo Alexandre de Oliveira, Vereador; -----

-----Vogal: Engº. Albano Tomás da Fonseca Duarte, Chefe de Divisão; Manuel Jorge Gomes Nunes, Coordenador Técnico.-----

-----Suplente: Drª. Sandrine Bento Matos, Técnica Superior; Engº. Luis Filipe Martins Rodrigues, Técnico Superior.-----

-----Contudo, e atendendo ao disposto no número 2, do artigo 69.º, do Código dos Contratos Públicos, o órgão competente para a decisão de contratar, pode delegar no Júri competências pelo que, no âmbito do presente procedimento, se propõe que o mesmo possa proceder a toda a tramitação processual que venha a ser nesse âmbito necessária, nomeadamente proceder à



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

resposta aos esclarecimentos, eventualmente apresentadas no decurso da apresentação das propostas, ou à competente prorrogação do prazo de apresentação das propostas que se venha a verificar, bem como a proceder à tramitação processual de eventuais impugnações administrativas que venham a ocorrer no decorrer do mesmo.-----

-----PRAZO DE EXECUÇÃO DA EMPREITADA: cento e vinte (120) dias seguidos (incluindo sábados, domingos e feriados). -----

-----VALOR BASE DA EMPREITADA: O custo com a presente empreitada estima-se, de acordo com os trabalhos a executar, no valor global de trezentos e quarenta e sete mil novecentos e doze euros e cinquenta cêntimos (347.912,50 €).-----

-----IMPUTAÇÃO ORÇAMENTAL: Caso autorizada, a despesa com o presente procedimento deverá onerar, em função da conjugação do prazo de execução da obra e do período necessário para a conclusão do presente procedimento, o orçamento do ano económico de 2016, na rubrica abaixo indicada. -----

-----O preço base do procedimento encontra-se previamente cabimentado, sob o número arrolado abaixo. -----

-----. O cabimento foi efetuado, na seguinte rubrica, nos termos que se expressam: Rubrica do Plano Plurianual de Investimento — 10 002 RECUPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E REQUALIFICAÇÃO DE RIBEIRAS, Projeto 2014/37, Requalificação das Margens da Ribeira da Fraga, Ação 1 “ Barril Parque das Nogueiras/Parque Verde da Ponte e Rubrica Orçamental 070301- "Terrenos e Recursos Naturais", sob o número 14749, de 3/08/2016.-----

-----. O cabimento acima mencionado totaliza o preço base do procedimento, devendo-se, aquando da celebração do contrato, proceder à correção dos valores do mesmo para o valor a adjudicar, bem como ao seu competente compromisso. -----

-----RESSALVAS: O presente Município reserva-se o direito de não realizar a adjudicação do presente concurso, a qualquer dos concorrentes, nos termos do artigo 79.º, do Código dos



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Contratos Públicos.” -----

-----A Câmara, tendo por base as informações prestadas, deliberou por unanimidade:-----

-----1.-Mandar proceder à abertura do competente Concurso Público, para adjudicação por empreitada: “Requalificação e Valorização da Ribeira da Fraga – Criação de Percurso Pedestre entre o Barril e Parque Verde”, pelo que aprovou o respetivo Processo de Concurso (Programa de Procedimento e Caderno de Encargos).-----

-----2.-Aprovar a constituição do júri do concurso supra referido.-----

11.-ADMINISTRAÇÃO:-----

11.1.-MODIFICAÇÃO POR ALTERAÇÃO ÀS OPÇÕES DO PLANO DE 2016:-----

-----Considerando a necessidade de dotar diversos projetos das Opções do Plano do corrente ano de verbas necessárias à satisfação de compromissos assumidos decorrentes da evolução normal dos empreendimentos em curso, pelo Senhor Presidente foi presente nos termos do ponto 8.3.2.3 do Decreto – Lei número 54-A/99, conjugado com a alínea d), do número do 1, do 33º. da Lei número 75/2013, de 12 de setembro, a proposta de alteração às Opções do Plano do corrente ano que apresentava os seguintes valores:-----

-----Modificação de Financiamento definido –zero euros (0,00€).-----

-----Anulação de Financiamento não definido – duzentos e onze mil e quinhentos euros (211.500,00 €).-----

-----Depois de apreciada a alteração às Opções do Plano, a Câmara deliberou, por unanimidade aprová-la ficando a mesma arquivada no maço de documentos da presente reunião.-----

11.2.-MODIFICAÇÃO POR ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO MUNICIPAL DE 2016:-----

-----Considerando a necessidade de reforçar e reajustar diversas rubricas do orçamento Municipal do corrente ano, pelo Senhor Presidente foi presente nos termos do Decreto - Lei número 54-A/99, de vinte e dois de fevereiro, conjugado com a alínea d), do número 1, do



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

artigo 33º. da Lei nº. 75/2013, de 12 setembro, a proposta de modificação por alteração ao orçamento que apresentava os seguintes valores:-----

-----Reforço despesas de capital – cento e oitenta e cinco mil euros (185.000,00€).-----

-----Anulação despesas de capital – duzentos e quarenta e três mil euros (243.000,00 €).-----

-----Reforço despesas correntes – cinquenta e oito mil euros (58.000,00 €).-----

-----Anulação despesas correntes – zero euros (0,0 €).-----

-----Depois de apreciada a alteração ao Orçamento Municipal a Câmara deliberou, por unanimidade, aprová-la ficando a mesma arquivada no maço de documentos da presente reunião.-----

11.3.-CONCURSO PÚBLICO PARA O FORNECIMENTO CONTÍNUO DE ENERGIA ELÉTRICA ÀS INSTALAÇÕES ALIMENTADAS EM BAIXA TENSÃO NORMAL (BTN), EM BAIXA TENSÃO ESPECIAL (BTE) E EM MÉDIA TENSÃO (MT) DO MUNICÍPIO DE MORTÁGUA:-----

-----No seguimento da deliberação tomada na Reunião de Câmara de 05/07/2016 sobre o assunto supramencionado pelo Senhor Presidente foi presente o parecer emitido pelo assessor jurídico do Município, datado de 29/07/2016, e que a seguir se transcreve:-----

-----“PARECER-----

-----I-----

-----Em reunião ordinária da Câmara Municipal de 4-02-2016, foi deliberado abrir concurso público para fornecimento de energia elétrica às instalações alimentada em Baixa Tensão Normal (BTN), em Baixa Tensão Especial (BTE) e em Média Tensão (MT) ao Concelho de Mortágua.-----

-----O critério de adjudicação estabelecido no programa do concurso era o da proposta de mais baixo preço, sendo que o preço base do procedimento era de €1.330.037,42.-----

-----Por deliberação do Júri do Concurso tomada em 26 de abril de 2016, foram admitidas as



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

três propostas dos três concorrentes que se apresentaram a concurso.-----

-----Face ao critério de adjudicação estabelecido no programa do concurso, foram as propostas ordenadas da seguinte forma:-----

-----1º. – EDP Comercial, SA que apresentou uma proposta no valor de € 1.308.276,38;-----

-----2º. – Galp Power, SA que apresentou uma proposta no valor de €1.308,830,53;-----

-----3º. – HEN – Serviços Energéticos, Lda. que apresentou uma proposta no valor de €1.324.522,65.-----

-----Os três concorrentes foram notificados do relatório preliminar elaborado nos termos do artigo 146º. do Código dos Contratos Públicos (CCP) e para no prazo de 5 dias se pronunciarem no exercício do direito de audiência prévia.-----

-----No âmbito da audiência prévia, veio o concorrente ordenado em 2º. Lugar, Galp Power, S.A., reclamar do relatório preliminar, afirmando que não estavam a ser considerados os mesmos valores para calcular o valor global da proposta, uma vez que a Galp Power considerou um valor de Contribuição Audio Visual (CAV) de acordo com o Orçamento de Estado publicado em Março de 2016, que aumentou esse valor de € 2,65 para e 2,85, tendo considerado também a taxa DGEG (valor cobrado pela exploração das instalações elétricas por conta da Direção Geral de Energia e Geologia - DGEG). As outras propostas não consideraram a CAV de acordo com o orçamento publicado em março de 2016 nem a taxa DGEG, pelo que refazendo as contas com os mesmos critérios dos outros dois concorrentes o valor global da proposta seria o mais baixo correspondente a € 1.304.638,33.-----

II-----

-----Analisada as propostas verifica-se que a EDP Comercial, S.A. indicou na sua proposta a tarifa de CAV em Média Tensão, Baixa Tensão Normal e Baixa Tensão Especial a € 2,65, valor com que efetuou os cálculos, o mesmo se passando com a HEN-Serviços Energéticos, Lda.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----A Galp Power, SA indicou na sua proposta a tarifa de CAV em Média Tensão, Baixa Tensão Normal e Baixa Tensão Especial a €2,85, valor com que efetuou os cálculos tendo ainda calculado o valor da Taxa DGEG, o que não aconteceu com os restantes concorrentes.---

-----Deste modo a Galp Power, Lda. levou em consideração na proposta apresentada um valor de CAV superior em €0,20/mês cada unidade e considerou a Taxa de DGEG.-----

-----A contribuição para o audiovisual (CAV) foi criada pela Lei nº.30/2003, de 22 de Agosto, alterada pelo Decreto-Lei nº. 169-A/2005, de 3 de outubro, que aprovou o modelo de financiamento do serviço público de radiodifusão e de televisão. O referido diploma legal estabelece que o financiamento do serviço público de radiodifusão é assegurado por meio da cobrança da contribuição para o audiovisual e o financiamento do serviço público de televisão é assegurado por indemnizações compensatórias e pela receita da contribuição que não seja utilizada para o financiamento do serviço público de radiodifusão. Esta contribuição é estabelecida tendo em atenção as necessidades globais de financiamento do serviço público de radiodifusão e de televisão devendo respeitar os princípios da transparência e da proporcionalidade. A contribuição para o audiovisual abrange os consumidores de energia elétrica, sendo devida mensalmente por estes, abrangendo agora nos termos do Decreto-Lei nº. 169-A/2005 todas as instalações elétricas e não só as de uso doméstico, conforme dispunha a Lei nº. 30/2003, de 22 de agosto. Com efeito estabelece o artº. 3º.nº.2 do DL nº.30/2003 na redação do DL nº.169-A/2005 que *“A contribuição para o audiovisual incide sobre o fornecimento de energia elétrica, sendo devida mensalmente pelos respetivos consumidores”*.

-----Os valores da contribuição são atualizados à taxa anual de inflação, através da Lei do Orçamento de Estado sendo a contribuição liquidada, por substituição tributária, através das empresas comercializadas de energia elétrica e cobrada juntamente com o preço relativo ao seu fornecimento. O valor da contribuição deve ser discriminado de modo autónomo na fatura de energia elétrica.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----A taxa DGEG, é o valor cobrado pela exploração das instalações elétricas por conta da Direção Geral de Energia e Geologia (DGEG), sendo a cobrança desta taxa efetuada por intermédio dos distribuidores e deve constar nos recibos (Decreto-Lei nº 4/93 de 8 de janeiro).

Tando o CAV como a taxa DGEG são impostas por lei e deverão constar da fatura mensal do fornecimento de energia elétrica.-----

-----Da análise do procedimento, constata-se que a decisão de contratar foi tomada em 04/02/201, em data anterior à publicação do Orçamento de Estado para 2016, que ocorreu em 30 de março de 2016. Por sua vez as propostas foram submetidas pelos concorrentes na plataforma entre 21/04/2016 e 22/4/2016, ou seja em data posterior à publicação da Lei do Orçamento que alterou o valor das taxas de CAV, nos termos indicados pela Galp Power, SA na sua exposição.-----

-----Refere a reclamante Galp Power que a redução do preço da concorrente EDP foi obtida através da não consideração de custos juridicamente obrigatórios.-----

-----III-----

-----Resultam da informação dos serviços de 4/07/2016 dois caminhos como forma de ultrapassar a questão suscitada, que serão adequados desde que a situação concreta em análise permita a sua aplicação.-----

-----Um seria excluir as propostas da HEN e da EDP com fundamento no disposto no artigo 70º. nº.2 do CCP, por violação de uma vinculação legal ao regulamento aplicável.-----

-----Outro seria a Câmara Municipal optar pela não adjudicação pelo facto de terem surgido circunstâncias imprevistas, relativas à alteração das taxas, sendo por esse motivo necessário alterar aspetos fundamentais das peças do procedimento nos termos do artigo 79º. ,nº.1, alínea c) do CCP.-----

-----Da análise de todos estes elementos levanta-se a questão de saber se tal circunstância será suficiente para a exclusão dos concorrentes que não incluíram no preço proposto os valores



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

vigentes na data da proposta, em abril de 2016, referentes a CAV e não incluíram qualquer valor referente à taxa da DGEG?-----

-----A alínea f), do nº.2, do artigo 70º. do Código dos Contratos Públicos, determina a exclusão das "propostas cuja análise revele [...] que o contrato a celebrar implicaria a violação de quaisquer vinculações legais ou regulamentares aplicáveis".-----

-----Isto sucederá nas situações em que os elementos constantes da proposta permitam demonstrar que este pretende obter uma redução de preços através da violação de normas jurídicas vinculativas para as partes, nos âmbitos social, laboral, ambiental e outros.-----

-----Por esta via, a confirmação da aceitação de uma proposta implica a aplicação de todas as normas que integram o ordenamento jurídico e que são suscetíveis de definir o conteúdo do contrato a celebrar.-----

-----De facto a alínea b), do nº.2, do artigo 70º. do CCP, que determina a exclusão da proposta por violação do caderno de encargos, tem de ser interpretada em conexão com o disposto na alínea f) do mesmo número, ou seja, a proposta é igualmente excluída quando o seu teor se revela *desconforme com qualquer vinculação legal ou regulamentar aplicável*, o que implicaria, no caso de ser feita tal adjudicação, a celebração de um *contrato ilegal*.-----

-----A proposta também deverá ser aceite se se demonstrar objetivamente, com base nos documentos que a instruem, que uma dada proposta, no caso de sobre ela recair a adjudicação, daria origem à celebração de um contrato cujo preço seria inferior ao montante necessário para que o adjudicatário cobrisse rigorosamente todos os custos decorrentes de normas legais ou regulamentares vinculativas e aplicáveis a tal contrato.-----

-----Logo, a adjudicação de uma proposta ilegal equivale, em virtude da opção que o legislador fixou no artigo 96º. do CCP, de um contrato correspondentemente ilegal.-----

-----Mário Esteves de Oliveira e Rodrigo Esteves de Oliveira – referem que o legislador do CCP esteve “bem” ao deixar “*claro que os atributos e termos e condições das propostas*”, e



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

estas mesmas, além de conformes (ou compatíveis) com as exigências das peças do procedimento, devem ser também compatíveis com os preceitos imperativos da lei ou regulamento respeitantes às atividades a desenvolver ao abrigo do contrato em causa ou ao próprio regime legal dessa espécie ou género contratual”, o que, por exemplo, “significa ter de excluir-se [...] a proposta que apresente valores relativos a encargos sociais obrigatórios inferiores aos valores mínimos previstos na convenção coletiva de trabalho.”-----

-----O mesmo resulta da jurisprudência .-----

-----No Acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul de 2 de junho de 2005 (Processo 748/05): “o conceito de inaceitabilidade reconduz-se neste caso, à ilegalidade da proposta (encargos com o pessoal inferiores ao mínimo constante da convenção coletiva de trabalho), o que determina a respetiva exclusão, sob pena de violação dos princípios da igualdade, imparcialidade e concorrência”.-----

-----Por isso, na prossecução da competência de análise das propostas prevista nos n.ºs 1 e 2 do artigo 70º., n.ºs 1 e 2 do artigo 146º. e nos n.ºs 1 e 4 do artigo 148º. do CCP, ao júri e ao órgão da entidade adjudicante competente para a decisão de contratar, incumbe, respetivamente, propor e determinar a exclusão de uma proposta cuja análise objetivamente revele conter um preço insuficiente para o cumprimento das vinculações legais e regulamentares aplicáveis à entidade adjudicante.-----

-----Na situação em análise, a questão a decidir será a de saber se a inclusão do CAV e taxa DGEG no preço proposto, constitui uma vinculação legal aplicável de um valor de CAV vigente à data da abertura do concurso e que na data da apresentação da proposta havia sofrido modificação decorrente de uma alteração legislativa, poderá constituir fundamento de exclusão das propostas com o fundamento definido no artigo 70º. , nº.2 , alínea f) do CCP.-----

-----Tal questão suscita manifestas dúvidas que não permitem tomar uma decisão definitiva.-----

-----Por outro lado, se a Câmara Municipal decidir não adjudicar tendo como fundamento



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

terem surgido circunstâncias imprevistas, alteração das taxas no decorrer do prazo para apresentação de propostas, sendo necessário alterar aspetos fundamentais das peças do procedimento após o termo do prazo fixado para apresentação das propostas nos termos do artº. 79º. n.º 1 do CCP, também diversas dúvidas decorrem dessa tomada de posição.-----

-----Levanta-se desde logo a questão de saber se é admissível a Câmara Municipal desistir, de forma lícita, da decisão de contratar. De qualquer maneira, a entidade pública incorre na obrigação de indemnizar os prejuízos decorrentes dessa desistência de contratar.-----

-----Nos termos do artigo 134.º alínea b) “O preço pago à entidade adjudicante pela disponibilização das peças do concurso é devolvido aos concorrentes que o requeiram quando... O órgão competente para a decisão de contratar decida não adjudicar com fundamento no disposto nas alíneas c) e d) do n.º 1 do artigo 79º. “e de acordo com o disposto no artigo 79.º, n.º 4 “Quando o órgão competente para a decisão de contratar decida não adjudicar com fundamento no disposto nas alíneas c) e d), do n.º.1, a entidade adjudicante deve indemnizar os concorrentes, cujas propostas não tenham sido excluídas, pelos encargos em que comprovadamente incorrerem com a elaboração das respetivas propostas”-----

-----Com efeito, a participação neste procedimento pré-contratual envolve diversas despesas, que com a desistência da entidade adjudicante se tornam inúteis . Para além disso tal procedimento gerou expectativas que nessas circunstâncias se frustram, não podendo ser incluídos nos riscos inerentes à participação em qualquer procedimento negocial. Acresce que à medida que o procedimento avança o valor de tais danos também aumenta, justificando um grau mais exigente de proteção. No caso presente estamos ainda numa fase inicial do procedimento, na fase pré-adjudicatória, a que se seguiria uma fase pós-adjudicatória e a fase posterior à outorga do contrato.-----

-----É um facto que várias situações de desistência lícita por parte da entidade adjudicante, previstas no CCP, fundam-se na alteração das circunstâncias. Com efeito, o artigo 79º. do CCP



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

estabelece um elenco de causas de não adjudicação dos contratos, ou seja, situações em que a entidade adjudicante pode e deve desistir de contratar. Fora dessas situações, tendo sido iniciados os procedimentos pré-contratuais, a entidade adjudicante não pode, de forma arbitrária e sem suporte legal, desistir de contratar. Deste modo, poderá dar-se o caso da entidade adjudicante, após o início do procedimento, ser confrontada com uma alteração das circunstâncias em que fundou a sua vontade de contratar (alínea d) do artigo 79.º) ou terem-se verificado circunstâncias imprevistas, que obriguem à alteração de aspetos fundamentais das peças do procedimento após o termo do prazo fixado para a apresentação das propostas (alínea c), do artigo 79.º). Nestas duas situações a desistência do procedimento é lícita, devendo tal circunstância ser tomada em consideração no que diz respeito à responsabilidade daí derivada.--

-----A dificuldade consistirá em avaliar se a factualidade ocorrida no presente procedimento concursal e em análise, constitui uma alteração de circunstâncias ou circunstâncias imprevistas que permitam, de uma forma lícita a Câmara Municipal deliberar não adjudicar.-----

-----Também essa questão suscita manifestas dúvidas que não permitem uma decisão definitiva.

-----IV-----

-----Nos termos do artigo 2º., n.º1 do DL n.º228/2012 as comissões de coordenação e desenvolvimento regional, abreviadamente designadas por CCDR, têm por missão assegurar, ao nível das suas respetivas áreas geográficas de atuação, o apoio técnico das autarquias locais e as suas associações, sendo tal obrigação reforçada no n.º. 3, da alínea d) dessa norma legal.----

-----Existindo manifestas dúvidas quanto à forma de dar seguimento ou não ao concurso em apreciação e tomar uma decisão que cause o menor dano, em estrito cumprimento da legislação aplicável, será de elementar prudência que seja consultada a CCDR do Centro, ao abrigo das disposições citadas, solicitando a emissão de parecer que dissipe as dúvidas suscitadas e aponte um rumo a seguir como forma de ultrapassar a situação existente.”-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade solicitar um parecer



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

à CCDRC nos termos do proposto no parecer do assessor jurídico.-----

11.4.-PROTOCOLO CELEBRADO COM A ADICES – ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL, PARA OPERACIONALIZAR INICIATIVAS NO CONTEXTO DA ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO DO TERRITÓRIO DE MORTÁGUA:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o ofício datado de 15/07/2016, da ADICES – Associação de Desenvolvimento Local através do qual devolve o Protocolo assinado em 4/06/2016, que se dá aqui por integralmente reproduzido e que fica arquivado em processo próprio, que pretende operacionalizar iniciativas no contexto da estratégia de desenvolvimento do território de intervenção da ADICES, assente na dicotomia coesão social e competitividade no qual se inclui o concelho de Mortágua.-----

-----O Protocolo pretende também, melhorar e rentabilizar os recursos disponíveis (equipamentos, material informativo e promocional, transportes, etc...) em cada uma das entidades signatárias, regulando a sua utilização através do estabelecimento de regras e das respetivas contrapartidas financeiras definidas no presente Protocolo ou estabelecidas em adendas de acordo com a evolução das iniciativas.-----

-----Assim, de acordo com o nº. 3 da cláusula 3ª. o Município compromete-se a transferir doze mil e quinhentos euros (12.500,00 €) para a Adices pela disponibilização dos equipamentos a seguir mencionados a afetar e a utilizar em iniciativas relevantes do Município, e que tiveram um valor de aquisição de quarenta e nove mil novecentos e cinco euros e setenta e um cêntimos (49.905,71 €):-----

-----1 tenda 3x3 (9m2); 1 tenda 10x30 (300m2); 14 quiosques expositores (3x3 com fecho em lona); 25 barreiras de segurança.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade ratificar a decisão do Senhor Presidente de aprovação e outorga do Protocolo.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

11.5.-AUTO DE NOTICIA DE CONTRA-ORDENAÇÃO Nº. 141/16 LEVANTADO PELA GNR POR CONTRAVENÇÃO AO DEC. LEI 169/2012:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o auto de notícia de contra – ordenação nº. 141/2016 da Guarda Nacional Republicana de Santa Comba Dão, levantado a Artur Afonso Ramos, residente na Rua do Lagar, nº.17, em Vila Moinhos Freguesia do Sobral, Concelho de Mortágua, por no dia 6 de julho , no local Rua do Lagar, nº.19, em Vila Moinhos Freguesia do Sobral, Concelho de Mortágua, ter verificado a existência de uma serralharia (estabelecimento industrial de tipo 3) a laboral à aproximadamente 20 anos (desde 14/01/97), sem o respetivo licenciamento/mera comunicação prévia da atividade o que constitui infração ao disposto nos números 1 a 4 do artigo 33º. do Decreto - Lei número 169/2012, de 1 de agosto, punível pela al. j), nº.2 e 3 , artº. 75º .do mesmo diploma legal, e a que corresponde a coima de quinhentos euros (500,00 €) a cinco mil euros (5.000,00 €) por se tratar de pessoa singular.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade nomear como instrutor do processo a Assistente Técnica Maria Joana Coragem Albano.-----

12.-LOTEAMENTOS E OBRAS PARTICULARES:-----

12.1.-REQº. Nº.431/2016 DE ISENÇÃO DE PAGAMENTO TAXAS OCUPAÇÃO DA VIA PÚBLICA DO CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO BNU, REFERENTE AO PROCº. Nº.01/2016/81, DE OBRAS DE CONSERVAÇÃO – SUBSTITUIÇÃO DE COBERTURA:-----

-----Foi presente o requerimento registado sob o número 01/2016/431, da CondoFracções, com o NIF 509437443, com sede no Centro Comercial Flor do Dão, loja V, Avenida General Humberto Delgado, 3440 – 325 Santa Comba Dão, em que na qualidade de administradores solicita, a titulo excecional, a isenção de pagamento de taxa no valor de mil e oito euros (1.008,00 €) referente à licença de ocupação da via pública no âmbito do processo



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

nº.01/2016/81, de obras de conservação – substituição de cobertura de amianto do Edifício BNU, sito na Rua Dr. José Lopes de Oliveira, União das Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça, justificando o pedido com a urgência, para a saúde pública, na retirada da cobertura que obrigou a serviços especializados dada a natureza tóxica do material (amianto).-----

-----Sobre o pedido foi exarado o seguinte parecer técnico do Chefe de Divisão do Planeamento e Administração do Território:-----

-----“A Associação de Condóminos do Edifício do BNU, deu entrada nos Serviços Administrativos, de uma “comunicação para a realização de obras isentas”, com base no artigo 5º. do RMUET.-----

-----Tratavam-se de obras de conservação – substituição de cobertura, enquadradas na alínea a) do artigo 6º. do RJUE, estando legalmente isentas de controlo prévio.-----

-----O manuseamento, recolha e transporte deste tipo de produtos tiveram que ser realizados em condições que assegurassem a proteção do ambiente e da saúde humana pelo que se exigiu que fossem realizadas por “operadores licenciados” para o efeito.-----

-----Foi assim cumprido o disposto do Regime Geral de Gestão de Resíduos contemplado no DL nº. 178/2006, de 5 de setembro, alterado pelo DL nº.73/2011, de 17 de junho.-----

-----O espaço público a ocupar no decurso da intervenção foi também devidamente sinalizado e resguardado, nas melhores condições de segurança, garantindo a fluidez de trânsito e segurança das pessoas e bens, nos termos dos artigos 135º. ao 139º. do RGEU.-----

-----Foi notório que estas operações urbanísticas decorreram sempre nas melhores condições de segurança e eficiência, nada havendo a assinalar em termos de impactes negativos da gestão de resíduos na saúde pública e no ambiente na área do Município.-----

-----As razões invocadas no requerimento da Associação de Condóminos parecem-nos pertinentes relativamente à situação em apreço pelo que coloco à consideração superior o



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

deferimento da pretensão de isenção de taxas.”-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade solicitar parecer ao Assessor Jurídico tendo em vista o enquadramento da isenção no Regulamento Municipal de Taxas e Outras Receitas.-----

12.2.-PROCº. Nº. 05/2016/4 DE ALTERAÇÃO DE CAMINHO, NA RUA DA GANDARADA, VILA MEÃ, FREGUESIA DO SOBRAL:-----

-----Foi presente o processo requerido por Rosa Isabel Moreira Martins, residente na Av. Dr. José Assis e Santos, nº.14, 3º. Frente, Freguesia de Mortágua, e Nuno Miguel dos Santos, residente na Rua do Soito, nº.7, Vila Gosendo, Freguesia do Sobral em que na qualidade de proprietários dos prédios confinantes do prédio rústico 20087 e urbano nº.2232, da freguesia do Sobral, situados na Rua da Gandarada, na localidade da Carrapata, freguesia do Sobral, descritos na Conservatória do Registo Predial de Mortágua sob o nº. 107 e nº. 6440, respetivamente, para alteração da localização de Caminho, com seis metros (6,00 m) de largura na Rua da Gandarada, Vila Meã, Freguesia de Mortágua, confinante com o citados prédios, e que tem em vista a modificação da implantação de muros e a largura do mesmo para cinco metros (5,00 m).-----

-----Sobre o processo foi exarado o Parecer Técnico do Chefe de DPAT, que a seguir se transcreve:-----

-----“ A carta enviada pelo Município e registada com o nº. 05.2016.243 com data de entrada de 23.06, respeita ao processo nº.05.2016.4 no qual o parecer técnico da DPAT (fl.29) solicitava fundamentação e justificação para as alterações de implantação dos muros previstos no projeto. A análise do parecer técnico do requerente e do autor de projeto Sr. Arquiteto David Trindade Lopes dos Santos permite concluir que os fundamentos e argumentos ali expostos são pertinentes e aceitáveis.-----

-----Trata-se atualmente de um caminho florestal que a médio ou longo prazo poderá vir a ser



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

uma futura alternativa de arruamento de acesso ao CAO da Stª. Casa das Misericórdias logo que exista projeto compatível, acordos com os restantes proprietários de terrenos e decisão superior.-----

-----Neste momento, a largura de 5 metros livres em toda a extensão do caminho permitirá uma circulação viária normal pelo que o meu parecer é favorável à alteração proposta.”-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade proceder ao desenvolvimento do processo de alteração do caminho.-----

-----E, nada mais havendo a tratar, foi pelo Senhor Presidente declarada encerrada a reunião pelas dezassete horas e trinta minutos.-----

-----Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata que vai ser assinada por mim

Secretário do Órgão

e pelo Senhor Presidente.-----